



Número: **0000890-53.2018.8.17.2460**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Carnaíba**

Última distribuição : **22/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO (AUTOR)		LUANA CECILIA SANTOS ANDRADE (ADVOGADO(A))	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A)) ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
109674896	12/07/2022 13:31	<a href="#">2557229_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARNAÍBA/PE

PROCESSO: 00008905320188172460

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

**INÉRCIA DA PARTE AUTORA NO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

*Ab initio*, cumpre esclarecer que a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa.

Ocorre que, a parte autora não entregou toda a documentação necessária, eis que deixou de apresentar os documentos faltantes.

Assim, a Seguradora enviou correspondência a parte autora a qual ficou-se inerte.

De acordo com o art. 5º, §1º, da Lei nº 6.194/74, a regulação do sinistro deve ser realizada no prazo de 30 dias pela seguradora mediante a apresentação pelo segurado dos documentos que o parágrafo do dispositivo menciona, vejamos:

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

§2º Os documentos referidos no §1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. (gn)

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo, porém, toda documentação que comprove o nexa causal entre o sinistro e o dano proveniente, na sua falta não há como a Seguradora realizar o pagamento do seguro perquirido.

Neste sentido deveria a parte autora cumprir com a exigência documental, antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça.

Ocorre que parte não apresentou em seu requerimento administrativo documentos imprescindíveis a seu pedido, o que ensejou o cancelamento do pedido ante a caracterização da sua desídia.

Em se quedando ele inerte, restou de forma a restar patenteado seu desinteresse no prosseguimento do processo administrativo instaurado, apesar de cientificada para impulsionar.

Cumpre salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

Caso não seja esse o entendimento do i. Magistrado, requer o sobrestamento do processo por 30 (trinta) dias para que a parte autora reabra o pedido administrativo entregando toda a documentação necessária para que possa haver a correta regulação administrativa.

#### LAUDO INCONCLUSIVO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que não gradua corretamente e tampouco indica as LESÕES suportadas pelo periciando.**

**Isso se afirma, considerando que, embora o perito tenha apontado um percentual de redução que seria correspondente ao grau de limitação ocasionado pela lesão, mas não houve a necessária indicação do enquadramento da invalidez.**

**Na hipótese, o perito não aponta o enquadramento da invalidez, como estabelecido na tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09).**

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação e enquadramento devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Assim, **por se tratar de ônus que cabe a parte autora**, qual seja, de comprovar que restou permanentemente inválida em decorrência do acidente noticiado, quando o autor não junta aos autos documentos capazes de comprovar a lesão decorrida do acidente automobilístico, assim como é imprestável a prova pericial realizada nos autos, outra alternativa não resta a este atendo juízo, senão julgar totalmente improcedente o pedido autoral.

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica ao inadmitir indenização quando o autor deixa de provar o ônus que lhe compete, consoante é possível aferir do julgado a seguir listado:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



*“PELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ÔNUS DA PROVA. Deve ser julgado improcedente o pedido de cobrança de indenização advinda do seguro obrigatório quando o autor não colaciona aos autos prova hábil do grau da incapacidade advinda da lesão permanente. Incidência da regra descrita no art. 333, I, do CPC.*

*(TJ-MG - AC: 10116120033158001 MG, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 12/06/2015, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/06/2015)).”*

Não é outro o entendimento do Tribunal de Goiás, *in verbis*:

*“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR NÃO DEMOSTRADO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL. PERÍCIA DESIGNADA. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. 1- À medida do grau de interesse das partes em comprovar seus fundamentos fáticos, o Código de Processo Civil dividiu o ônus probatório: toca ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito; ao réu, os fatos impeditivos, modificativos e extintivos. 2- Não tendo o autor comprovado o fato constitutivo do seu direito, a improcedência do pedido exordial é medida que se impõe. 3- Regularmente designada perícia médica e, não tendo o autor diligenciado no sentido de comparecer, mesmo regularmente intimado, configura-se seu desinteresse processual na produção de prova que lhe competia. 4 APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, MAS DESPROVIDA. (TJGO, Apelação Cível nº 01362644320158090011, 4ª Câmara Cível, Relatora: Des. Elizabeth Maria da Silva, Julgado em 15/09/2016).”*

Portanto, não tendo a parte autora se incumbido de provar fato constitutivo de seu direito, ônus este que lhe cabe, deve a presente demanda ser julgada **IMPROCEDENTE**, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil.

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA – PERDA DE PARTE DA LÍNGUA**

Verifica-se, ainda, em que pese os fundamentos expostos na sentença, que a lei 11.945/09 trouxe a tabela que prevê o valor atribuído a cada seguimento corporal, contemplando aquilo que se achava coberto pelo seguro, e para o qual geraria o direito indenizatório.

Ocorre que, a tabela não prevê a perda da língua, deixando de contemplar valor corresponde ao caso em tela.

Registre-se, por conseguinte, que eventuais lesões que tenham desencadeamento em sistema vital, deve restar devidamente informado, o que não ocorreu no caso dos autos.

Inexiste, portanto, cobertura para o caso em tela, já que as limitações físicas aduzidas pelo perito não são previstas pela legislação.

Verifica-se, que tal situação encontra óbice justamente pela ausência de previsão da invalidez por perda da língua ou parte dela.

Conclui-se, portanto, uma vez que não há precisão da invalidez na tabela, que possui um rol taxativo das lesões indenizáveis, não há que se falar em indenização por ausência de previsão legal.

Diante do exposto, requer sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial, tendo em vista a ausência de cobertura para a invalidez da vítima.



**DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07**

**DO LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL**

Em 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro obrigatório DPVAT <sup>1</sup>.

**A legislação estabeleceu que, nos casos de invalidez permanente TOTAL o limite legal é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Assim, deve ser observado que a autora já recebeu outras indenizações á título de seguro DPVAT:

- R\$ 3.375,00 – em razão de sinistro ocorrido em 04/04/2007, houve pagamento em sede administrativa de R\$ 1.687,50 nos autos do processo administrativo nº 2010410230, em razão da propositura de ação, a sentença condenou a Seguradora a pagar a diferença de R\$ 11.812,50, alcançando o limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00.

**Portanto, a parte autora já recebeu o valor máximo previsto em lei, valor este que se equipara a quantia paga por, exemplo para o caso de morte.**

**Logo, não há que se falar em nova indenização sob o fundamento de novo sinistro.**

**Dessa forma, considerando que a parte autora já recebeu quantia correspondente ao limite máximo indenizável, requer sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CARNAIBA, 4 de julho de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

<sup>1</sup>x Art. 8º. Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações: "art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte; II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (...)."





Número: **0000890-53.2018.8.17.2460**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Carnaíba**

Última distribuição : **22/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO (AUTOR)		LUANA CECILIA SANTOS ANDRADE (ADVOGADO(A))	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A)) ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
109674897	12/07/2022 13:31	<a href="#">ANEXO 1</a>	Outros (Documento)



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**3º Juizado Especial Cível da Capital**

Rua Dr. João Ivo da Silva, 342 - Madalena - Recife/PE - CEP: 50.720-100 - F: (81)3227-7111

Processo nº 0000560-49.2011.8.17.8103 Turma - AM

Demandante: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO

Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

**CITAÇÃO**

Fica V.Sa. ciente da queixa ajuizada nos autos do processo acima, e intimada a comparecer a este Juizado, sito à Rua Dr. João Ivo da Silva, 342 - Madalena - Recife/PE - CEP: 50.720-100, no dia **23/09/2011**, às **09:10h**, para a sessão de conciliação deste Processo, na forma do art. 27, da Lei 9099/95 e da Resolução nº 223/2007, de 04/07/2007, da Presidência do TJPE.

Na oportunidade, **não havendo acordo**, será, de imediato, realizada a **audiência de instrução e julgamento**, ocasião em que a parte demandada deverá apresentar defesa, oral ou escrita e produzir todas as provas - **documental e testemunhal** - esta no número máximo de 03 (três) testemunhas para cada litigante; ficam as partes cientes que não será aberto novo prazo para juntada posterior de documentos.

Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer ao ato acompanhadas de advogado.

Fica advertida a parte ré que o não comparecimento na referida audiência acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, constantes no Termo de Apresentação de Queixa, em anexo, dando-se de logo, o julgamento de plano, com as consequências da revelia, consoante o disposto no art. 319 do CPC, c/c art. 20 da Lei 9099/95.

Recife, 16 de março de 2011.

\_\_\_\_\_  
Chefe de Secretaria

CONTRATO ECT/TJPE  
Nº 1465003158

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT**  
RUA FREI MATIAS TEVES, 280 5 ANDAR SALA 507 - ILHA DO LEITE Recife-PE CEP:  
50070450



15/04/2011 13:26:59





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
3º Juizado Especial Cível da Capital  
Rua Dr. João Ivo da Silva, 342 - Madalena - Recife/PE - CEP: 50.720-100 - F: (81)3227-7111

## TERMO DE APRESENTAÇÃO DE QUEIXA

Processo nº 0000560-49.2011.8.17.8103 Turma - AM  
Tipo - Outros

Demandante: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO  
Profissão: não informada Estado Civil: não informado  
CPF: 028.264.714-73 RG.: 5644002 SSP-PE  
Endereço: R Pedro Alvares Cabral, 32 Sala 12 - Jd Atlantico  
Olinda/PE - CEP: 53140290

Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT  
CNPJ: 09.248.608/0001-04  
Endereço: RUA FREI MATIAS TEVES, 280 5 ANDAR SALA 507 - ILHA DO LEITE  
Recife/PE - CEP: 50070450

### FATO-PEDIDO

CONFORME PETIÇÃO EM ANEXO.

Valor da Causa: R\$ 20.112,50

O(s) Demandante(s), por si ou por seu(s) advogado(s), declara(m) aprovar o texto supra, ficando ciente(s) da designação da sessão de conciliação para o dia 23/09/2011, às 09:10h, no endereço deste Juizado; na oportunidade, caso não seja realizado acordo, de imediato será procedida audiência de instrução e julgamento, ocasião em que deverá produzir todas as provas - documental e testemunhal - esta no número máximo de 03 (três) testemunhas para cada litigante, não sendo permitida sua apresentação posterior. As partes deverão se apresentar acompanhadas de advogado nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos. O não de comparecimento de V. Sª implicará na extinção do processo, com fundamento no artigo 51, I da Lei nº 9.099/95 e condenação ao pagamento de custas processuais.

Recife, 16 de março de 2011.

CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO

Chefe de Secretaria

Emitido em 16/03/2011 às 08:00h por tcsi



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO \_\_\_\_\_ JUIZADO ESPECIAL  
CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE - PERNAMBUCO**

**CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO**

Brasileiro portador da cédula de identidade nº5644002 SSP/PE e inscrito no CPF sob o nº028.264.714-73, com endereço na Rua Pedro Álvares Cabral, 32 -Sala 12- Jardim Atlântico - Olinda - PE - CEP. 53140-290 vem à presença de V. Exa., por sua advogada infra-assinada, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com fulcro na Lei 9.099/95, 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

Contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Frei Matias Teves, nº280 -5º andar,sala 507,Iilha do Leite- Recife- PE CEP. 50070-450, pelo que declara e passa a expor:

**DOS FATOS**

**01.** No dia **04 de abril 2007**, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEFORMIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia, em anexos.

**02.** Sendo o autor, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3º, alínea "b" que dispõe:

"Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:  
(...)  
b) **até 40(vezes) o maior salário mínimo - no caso de invalidez permanente;**

**03.** Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da **INTEGRALIDADE** do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, sendo que até a presente data foi paga a quantia de **R\$1.687,50,00(um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) no dia 21 de janeiro de 2011.**

{PAGE }

Rua Pedro Álvares Cabral, 32 - Sala 12 - Jardim Atlântico - Olinda/PE, CEP 53140-290.  
Fones/Fax: (81) 3491.0360 / 3431.8823 - (81) 9111-5529  
E-mail: { HYPERLINK "mailto:mrassessoriamarcus@hotmail.com" } - CNPJ: 08.258.098/0001-93



04. O requerente não pode admitir a recusa da Seguradora em pagar o complemento do seguro DPVAT no valor de **R\$20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos)**, por entender contrariar o texto legal, motivo pelo qual propõe a presente ação, afim de receber o valor que, por lei, lhe é devido.

**DO DIREITO:**

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA.** A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da República nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criada justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de trânsito é devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 5220/96 - Reg. 2933-3 Cod. 96.001.05220 QUINTA CÂMARA - Unânime Juiz: MARCUS TULLIUS ALVES - Julg: 07/08/96 DPVAT. RETROATIVIDADE DA LEI. INTERESSE PÚBLICO.** O princípio da irretroatividade legal sofre exceção diante do interesse público, de forma a permitir diante da natureza que os efeitos da lei nova alcance situações pretéritas, conquanto, aí os atos não se encontram concluídos e as situações, que deles poderiam recorrer, não se acham definitivamente constituídas.

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT.** Ação de cobrança de quantias indenizatorias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatorio que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se dá provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

06. No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

**SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão**

**SÚMULA n. 257:** A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

**Terceira Turma do STJ. VEÍCULO AUTOMOTOR. DPVAT. LEGITIMIDADE PASSIVA.** A Turma desproveu o recurso, entendendo que, no trato de ação de indenização referente ao seguro obrigatório de veículo, qualquer seguradora do sistema tem legitimidade passiva. E, ainda, quanto ao valor de cobertura do DPVAT, seria de quarenta salários mínimos, inexistindo incompatibilidade com a Lei n. 6.194/1974 e demais normas que impedem o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes citados: REsp 602.165-RJ, DJ 13/9/2004; REsp 579.891-SP, DJ 8/11/2004, e REsp 153.209-RS, DJ 2/2/2004. **AgRg no { HYPERLINK "http://www.stj.gov.br/webstj/processo/justica/jurisprudencia.asp?tipo=num\_pro&valor=Ag%20742443" }, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 4/4/2006.**

{PAGE }

Rua Pedro Álvares Cabral, 32 - Sala 12 - Jardim Atlântico - Olinda/PE, CEP 53140-290.  
Fones/Fax: (81) 3491.0360 / 3431.8823 - (81) 9111-5529  
E-mail: { HYPERLINK "mailto:mrassessoriamarcus@hotmail.com" } - CNPJ: 08.258.098/0001-93



**QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS.** Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, a, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. {

**HYPERLINK**

"[http://www.stj.gov.br/webstj/processo/justica/jurisprudencia.asp?tipo=num\\_pro&valor=REsp%20296675](http://www.stj.gov.br/webstj/processo/justica/jurisprudencia.asp?tipo=num_pro&valor=REsp%20296675)" }, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.

**DPVAT. JUROS. MORA. TERMO INICIAL.** A Turma reiterou que os juros de mora, no caso de ilícito contratual relativo ao DPVAT, i. e., seguro obrigatório, são devidos a partir de sua citação. Precedente citado: AgRg no REsp 954.209-SP, DJ 19/11/2007. { **HYPERLINK** "" \t "\_blank" }, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 6/5/2008.

**07.** Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

#### **DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- 1) A citação da Ré, sendo designada **audiência** devendo, a Requerida, **apresentar resposta à presente ação**, sob pena de revelia;
- 2) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos)**, corrigidos pela tabela da ENCOGE da data do acidente e com juros de 1% a.m. contados desde a data da citação e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea "b", da Lei n 6.194/74;

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos)**.

Pede e espera deferimento.  
Recife, 28 de fevereiro de 2011.

**AYANNE FREITAS DE PAIVA**  
Advogada - OAB/PE 27.695

{PAGE }

Rua Pedro Álvares Cabral, 32 – Sala 12 - Jardim Atlântico - Olinda/PE, CEP 53140-290.  
Fones/Fax: (81) 3491.0360 / 3431.8823 - (81) 9111-5529  
E-mail: { **HYPERLINK** "<mailto:mrassessoriamarcus@hotmail.com>" } – CNPJ: 08.258.098/0001-93





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLICIA DA 196A. CIRCUNSCRICAO - QUIRARA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA N.º 10E027500G123

Gravidade registrada nesta unidade policial no dia 09/11/2010 às 12:39

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Delito (Consumado) que aconteceu no dia 2/4/2007

### Highways and Airports - AGREEMENTS ON TRANSIT

Local de 1º de VL POUONA (CRUZAMENTO DAS RUAS LINDOLFO BRASL E JOSE PEREIRA DOS ANJOS - POUONA, BAO  
REFORMADO

**Pedagogische und methodische Hinweise**

SECRET

CLAUDEANNE FERREIRA DE CARVALHO (VITÓRIA)

从内到外, 看它的组织构造: 茎、叶、花、果实、种子。

© 2006 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 260: 395–403

VEÍCULO: Juleta no garagem da construtora, que estava em posse do(a) Sr(a): CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO

## Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

[VITIMA] - CLAUDIO AMOR PEREIRA DE CARVALHO (sobrinho do falecido) - 1 ano de idade

**NO DIA 07 DE ABRIL DO ANO PASSADO, O SENHOR CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA, FILHO DO SENHOR CARLOS ALBERTO PEREIRA E DA SRA. MARIA APARECIDA PEREIRA, NASCEU EM SÃO PAULO - SP, POR volta das 16 horas e 30 minutos.**

Stark Corp. C2840001, Enclosed: P. 2840 INCOMPLETE, Proforma ACCOUNTING (At Telefonos de Canada 2840000, Telefonos Canada 2840 00000000)

STREETS: LAMARCA, RUA DESENHO DE GUARÁ, 1, CENTRO, ALFREDO CASTOR, MIM-DO CENTRO, GUARÁ, PONTA DO  
GUARÁ, RUA PARA O POVOADO DE LAGOA DA CRUZ

© 2000 by John Wiley & Sons, Inc.

© 2006 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 260: 105–112

Volume 1 Number 1 February 2006

(CYTINA), MANUEL RODRIGUEZ SANCHEZ, LUIS ALBERTO GARCIA, JUAN CARLOS VILLALBA, AND JOSE ANTONIO MARTINEZ

1. **PROFESSOR ASSALADO AURELIO DA SILVA** (não preenche a vaga) - **Empossado**  
 2. **PROFESSOR ASSALADO AURELIO DA SILVA**, **PROFESSOR ASSALADO AURELIO DA SILVA** e **PROFESSOR ASSALADO AURELIO DA SILVA** - **NÃO INFORMADO** - **NÃO INFORMADO** - **NÃO INFORMADO**

Trabalho Civil NÃO INFORMADO; Trabalho: NÃO INFORMADO; Perfil: AUTÔNOMO; Trabalho de Campo: NÃO INFORMADO; Sistema de Trabalho:

1-800-855-8888

1000

© 2004 by The Authors  
Journal compilation © 2004 by Blackwell Publishing Ltd

**(TUESDAY) - MARCH (via private or public) - Day 10**





# BOLETIM DE EMERGÊNCIA

Acidente

R. R. S. S.

Data: 20/07/2022  
UF: SP

Nome	Claudiovanio Pereira de Carvalho
Residência	Rua Gustavo Pereira (Auribá)
Nome	Rita Henrique de Carvalho Pereira (uso)
Residência	

CONDIÇÃO	PROFISSÃO	SEXO	NASCIMENTO	NACIONALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIDADE
<input type="checkbox"/> REGULAR <input type="checkbox"/> SUSPESA <input type="checkbox"/> FALTA <input type="checkbox"/> OUTRO	Agropecuária	<input checked="" type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM	15/05/1988	<input checked="" type="checkbox"/> BRASILEIRO <input type="checkbox"/> ESTRANGEIRO	NÚMERO: _____ ORGÃO EMISSOR: _____

PACIENTE OBITO	AMPLAÇÃO / HORA	PACIENTE / HORA	ATENDIMENTO	ACIDENTE DE TRABALHO
<input type="checkbox"/> ACIDENTE <input type="checkbox"/> AMPLAÇÃO	<input type="checkbox"/> DIA <input checked="" type="checkbox"/> OUTRO	<input type="checkbox"/> DIA <input type="checkbox"/> NOITE	_____ h _____ min	<input type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRABALHO <input type="checkbox"/> CASO POLICIAL

PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	TEMPERATURA
VAL: _____ MAX: _____	_____	AXILAR: _____ RECTAL: _____

Campo Principal de Lesão - Outras Lesões - Exame Físico -  
Sinais - Sinais

Alt. 1,70 m  
~ 70 kg

Exame Complementares

Testamento

Outros Dados do Paciente
<input type="checkbox"/> Residência <input type="checkbox"/> Trabalho
Encaminhado
Remetido

Data de _____ h _____ min
Assinatura

Exame Diagnóstico

Última Consulta





# Casa de Saúde Dr. José Evólde de Moura

J. Moura Soares Ltda. S/C  
Rua Aperiolo Vares, 411 - CEP 56.800-000 - Centro  
Afogados da Ingazeira - Pernambuco  
Telefones: (57) 3838-1304 / 1591 / 3452 / 1965 / 1055

## RECEITUÁRIO

### ESPECIALIDADES

Clínica Geral  
Endoscopia e Colonoscopia  
Clínica Médica  
Pediatra

Ortopedia

Neurologia

Cardiologia

Oftalmologia

Dermatologia

Urologia

Clínica Patética

Clínica Psiquiátrica

Neurologia

Otorrinolaringologia

Endocrinologia

Nefrologia

Reumatologia

Psiquiatria

Fisiologia

Prontuário

Terapias Complementares

Ultrassomografia

Densitometria Óssea

Mamografia

Electroencefalograma

Electrocardiograma

Batido Opacimétrico Computarizado

Endoscopia Digestiva

Laboratório

Radiologia

Electroencefalograma

Video-Lactoscopia Digestiva

Coloscopia Flexível

Resonância Magnética e Computarizada

Laboratório

Endoscopia Digestiva

hans nêles

Claudiovinis J. de

Boucello, vítima de

acidente motociclistas

em 04/04/07, com trauma

em joelho E humero

por ser de substância

A ser por

de ruptura em

o pecto lateral



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL



### DADOS DO SINISTRO

---

Número:	2010410230	Cidade:	QUIXABA	Natureza:	Invalidez Parcial
Vítima:	CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO	Data do acidente:	04/04/2007	Emissor do parecer:	Laerte Felix de Mattos
Seguradora:	AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS	Prestadora:	AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT	CRM do médico:	346363

### PARECER

---

Data da análise: 06/01/2011

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA NO JOELHO ESQUERDO

Resultados terapêuticos:

Sequelas permanentes: DEBILIDADE CICATRIZES

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida: Não

Quantificação das sequelas: JOELHO 50%

Documentos complementares:

Observações:



Valor pleiteado: 9.450,00

Médico avaliador: LAERTE

UF do CRM do médico: RJ

## DANOS

---

Dano	% Dimensão Graduação		
Perda completa da mobilidade de um joelho	25	1	50

Valor avaliado: 1.687,50



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO III JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE - PE.

Proc.560/2011

CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO, já qualificado  
nos autos da ação que move contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS  
DO SEGURO DPVAT**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através  
de sua advogada infra-assinada, inconformado com a sentença de fls. que julgou o  
pedido improcedente sem resolução de mérito, interpor o presente **RECURSO  
INOMINADO**, com fulcro no art. 41, § 1º da Lei 9.099/95, de acordo com os  
fundamentos anexos.

#### DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

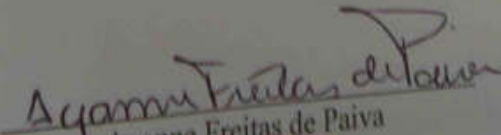
O recorrente requer a concessão da **GRATUIDADE DA  
JUSTIÇA**, nos termos do art. 4º da Lei 1.060/05, com redação introduzida pela Lei  
7.510/86, visto não possuir condições de arcar com custas processuais e honorárias  
advocatícias sem prejuízo próprio, bem como de sua família. (Declaração de Pobreza  
em anexo).

Requer, na forma da lei, seja o presente recurso inominado  
recebido, regularmente processado e encaminhado à Turma Recursal dos Juizados  
Especiais

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Recife, 16, de janeiro de 2012

  
Ayanne Freitas de Paiva  
OAB/PE 27.695



88  
C

EGRÉGIA TURMA RECURSAL DOS JUÍZADOS ESPECIAIS – PE.

**Recorrente: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO**

**Recorrido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

### COLENDIA TURMA

#### I – DOS FATOS

O recorrente propôs demanda contra a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT** a fim de obter a complementação do pagamento do Seguro DPVAT, uma vez que o mesmo foi vítima de **acidente de trânsito no dia 04 de abril de 2007**.

O aviso de sinistro foi protocolizado, depois que toda a documentação exigida foi entregue a prestadora de serviço da Federação das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, sendo que esta entidade indicou a empresa Ré para efetivar a cobertura, pois a mesma é partícipe do convênio DPVAT.

O recorrente recebeu o valor de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) referente à **DEBILIDADE PERMANENTE**, lesões estas, avaliadas e reconhecidas pela própria seguradora, que submeteu o recorrente à perícia realizada por médico contratado pelo convênio.

O recorrente, ainda possui perícia traumatológica, acostado aos autos que concluiu que houve **debilidade permanente do membro**.

A recorrida em sua Contestação suscitou preliminarmente da **Incompetência Absoluta dos Juizados Especiais Cíveis**.

Em sentença o M.M Juiz “a quo” acolhendo a preliminar, julgou **EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, aduzindo em síntese, que:



89  
e

" SENTENÇA Vistos, Extinção por inadmissibilidade proced. (art.51,II) SENTENÇA Vistos, etc ... Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. O demandante Alessandro de Freitas aduziu na exordial que foi vítima de um acidente de carro em 04/04/2007 sofrendo lesões graves e deformidade permanente. Afirma que recebeu o valor de R\$1.687,50, do seguro obrigatório, mas que teria direito. Requer o pagamento da complementação do seguro obrigatório no valor de R\$ 20.112,50. Valor da causa R\$20.112,50. Designada audiência nos Termos do art. 27 da Lei 9099/95 e da Resolução nº 223/2007, ocasião em que a parte autora juntou 05 documentos em 06 laudas e a empresa demandada apresentou contestação em 30 laudas, impugnando o pedido autoral, contendo 02 preliminares, 03 docs. de mérito, além de documentos de representação e constituição. Decido. Analiso inicialmente, a preliminar de Incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciar matéria que careça de produção de prova pericial técnica, assiste razão a demandada. Posto que nos sinistros ocorridos após a edição da medida provisória 451/2008, de 16/12/2008, convertida na Lei 11.945/2009, em 04 de junho de 2009, o valor da indenização deverá observar o grau de invalidez da parte segurada, restando para tal a necessidade de realização de perícia técnica que indique o grau da invalidez que acometeu o segurado. Então, in casu, mesmo contendo Laudo do IML, este não define o grau de invalidez da parte, e ainda destaque-se que o Laudo médico de fls. 10, foi assinado por único médico, não servindo como prova técnica de grau invalidez. Deste modo tenho que deve ser acolhida a preliminar suscitada. Destaque-se ainda o entendimento do Colégio Recursal: RECURSO INOMINADO Nº 04084/2011 - Relator JUIZ - PAULO HENRIQUE MARTINS MACHADO - Data Julg. 25/8/2011 EMENTA: RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DO ADVENTO DA LEI Nº 11.945/09. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PARA EXAMINAR A CORREÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELA SEGURADORA PARA O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. Cuida-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, II, da Lei nº 9.099/95, por entender o julgador singular indispensável ao exame da controvérsia a realização de prova técnica de maior complexidade. Em sua peça de irresignação, o autor/recorrente sustenta, em suma, que as provas carreadas aos autos seriam suficientes para se concluir tanto pela sua incapacidade permanente, como pelo montante indenizatório a que faz jus com base na Lei nº 11.482/07. Não foram oferecidas contrarrazões. A sentença não merece reparo. Tratando-se de sinistro ocorrido depois do advento da Lei nº 11.945, de 05.06.09, a realização de prova pericial revela-se indispensável quando a hipótese for de invalidez parcial incompleta, como é o caso dos autos. É que, em tal circunstância, além do enquadramento da invalidez na tabela trazida pela aludida lei, há a necessidade de se reduzir proporcionalmente a indenização conforme a intensidade da perda, se intensa, média, leve ou residual, aplicando-se os percentuais estabelecidos no inciso II do § 1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74. Logo, havendo discordância do segurado quanto aos critérios utilizados administrativamente para o cálculo do valor da indenização securitária, não é possível, sem o auxílio de uma prova pericial, rever-se o montante pago pela ré/recorrida. Isto posto, nego provimento ao recurso, condenando o autor/recorrente ao pagamento das custas processuais e verba honorária advocatícia, ora fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, cuja execução, contudo, fica suspensa, na forma do art. 12 da



Lei nº 1.060/50, por se tratar de beneficiário da Justiça Gratuita. ACÓRDÃO: Realizado o julgamento do recurso, no qual são partes LUIZ CARLOS DA MACENA, como recorrente, e, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT como recorrida, em 25 de agosto de 2011, a 3ª Turma Recursal, composta dos Juizes de Direito MARCOS ANTÔNIO NERY DE AZEVEDO, LUIZ SÉRGIO SILVEIRA CERQUEIRA e PAULO HENRIQUE MARTINS MACHADO, sob a presidência do primeiro, proferiu a seguinte decisão. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juizes componentes da 3ª Turma Julgadora do Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco, na conformidade da Ata de Julgamento, por maioria, em NEGAR provimento ao recurso, vencido o Juiz Luiz Sérgio que dava provimento. Publicada em sessão, ficam as partes, de logo, intimadas. Recife, Sala das Sessões, 25 de agosto de 2011. Note-se ainda que a Lei 9099/95, ressalta ser os Juizados Especiais Cíveis competentes para conciliação, processamento e julgamento de causas cíveis de menor complexidade, conforme elenca os incisos do art.3º. Não sendo, portanto, em sede de Juizados possível a produção de prova pericial Técnica e sendo no caso em tela necessário elementos comprobatórios do grau de invalidez que acometeu o autor, para um correto julgamento da causa. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art.51,II da Lei 9099/95, vez que reconhecida a incompetência deste juízo para julgamento da causa ante a inadmissibilidade do procedimento. Sem custas e honorários advocatícios, consoante dispõe o art. 55 da Lei nº 9099/95. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Recife, 24 de novembro de 2011. Maria Amália I. Guido Juíza Leiga SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA Homologo para os devidos fins a decisão proferida pela Juiz Leigo para que produza seus efeitos jurídicos e legais. P.R.I. Após o trânsito em julgado, archive-se. Recife, 30 de novembro de 2011. Francisco de Assis GALINDO de Oliveira Juiz de Direito Tribunal de Justiça de Pernambuco Poder Judiciário 3º Juizado Especial Cível da Capital Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1919 - Imbiribeira - Recife/PE - CEP: 51.150-001 - F: (81)3183-1670 Processo nº 0000618-52.2011.8.17.8103 Turma - Mutirão Demandante: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO-Demandado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

## II - DO DIREITO

Diante dos fatos supra citados é incontestável que o autor é segurado pertinente ao seguro obrigatório (DPVAT), posto que o mesmo foi vítima de acidente de trânsito e teve como consequência debilidade permanente de membro, sentido ou função.

Como suscitado anteriormente a "questio debeatur" pode ser sintetizada na discussão sobre a possibilidade da fixação do valor de indenização do seguro obrigatório resultar de vontade das partes, em desacordo com o estabelecido legalmente. Para tanto, mister analisar a natureza do seguro obrigatório. De fato e como ensina Elcir Castello Branco, o seguro obrigatório é uma garantia de que o Governo



91  
C

exige para proteger as vítimas, em razão do número crescente de eventos danosos, cf. "Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil", LEUD., 1976, p. 4.

Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil. É, aliás, condição para que os veículos possam trafegar, como aponta Rui Stocco in Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, RT., p. 205.

É continua o ilustre doutrinador sobre o tema: "É caracterizado como uma interferência do Poder Público na liberdade das pessoas, com o objetivo de proteger as vítimas de acidente, nas atividades que considerou de extremo perigo como *"ad exemplum"*, a condução de veículos automotores".

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 8º, inc. II, da Lei 11.482/07 (seguro obrigatório) compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, nos valor que se seguem, por pessoa vitimada: **até 40 (vezes) o maior salário mínimo vigente no País- no caso de invalidez permanente;**

Com efeito, o seguro obrigatório – ao contrário dos demais contratos desta natureza – é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei. A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado.

No entanto, a seguradora pagou a indenização a menor, pois a quantia certa para cobertura de invalidez permanente, conforme legislação regulamentadora da matéria é de ate 40(vezes) o maior salário mínimo vigente no País- no caso de invalidez permanente, porém a quantia paga foi baseada no valor determinado pela SUSEP (SUPERINTENDENCIA NACIONAL DOS SEGUROS PRIVADOS) e fixado pelo Conselho Nacional de Seguros Privado(CNSP), contrariando a legislação aplicável.



Acontece que a tabela fixada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) através de resoluções não possui qualquer amparo legal. Logo, o entendimento que o Art. 8º da Lei 11.482/07, determina o patamar de até 40(vezes) o maior salário mínimo vigente no País – no caso de invalidez permanente, e não há qualquer incompatibilidade entre aquele comando legal e as normas inseridas nas leis posteriores, neste sentido o seguinte julgado:

“O ponto fulcral dessa lide desdobra-se em duas vertentes: a primeira diz respeito à hierarquia das normas, quando se tem uma resolução frente a uma lei ordinária. É pacífica a jurisprudência não só desse Colegiado, como do próprio STJ. É de saber pueril que uma resolução não pode modificar, revogar ou derogar uma lei ordinária, norma hierarquicamente.”(1º CRC/PE, Recurso nº 1775/2006, Relator Ricardo Pessoa dos Santos, j. 21/11/2006). No mesmo sentido: “(...) De mais a mais, não tendo a lei contemplado qualquer ressalva quanto a grau de invalidez quando na hipótese de invalidez permanente como resultante de acidente automobilístico, não cabe ao CNSP, a pretexto de uma suposta regulamentação das normas legais atinentes aos seguros privados, incluindo-se, nestes, o seguro obrigatório, fazê-lo”. (TJMS, APC, Processo nº 2003.005963-6, Rel. Dês. Hamilton Carli). Felizmente, a jurisprudência pátria vem solidificando seu entendimento no sentido de estabelecer os limites dessa regulamentação com vistas a não infringir, sob aquele pretexto, normas cogentes de índole legislativa. Neste sentido, é amplamente solidificado o entendimento de que não podem os expedientes administrativos modificar o estabelecido na legislação pertinente e isso no que diz respeito também, e notadamente, aos valores devidos a título de indenização. Nesta ótica, vejo, em comunhão com o entendimento dominante, que as instruções e resoluções expedidas pelo CNSP acerca do *quantum* indenizatório não têm o condão de excepcionar a aplicação da Lei Federal (...)”(1º CRC/PE, Recurso nº. 2249/06, Rel. Luiz Mário de Góes Moutinho, j. 06/12/2006).

É de se destacar, por imperioso, que o recibo de quitação outorgado pela requerente em face da requerida foi lavrado em termos genéricos, não podendo liberar o devedor, notadamente em razão do valor indenizatório estar estabelecido por lei, como é o caso presente, como já decidiu inclusive a N. 10ª Câmara do E. 1º TACSP, nos autos da Apelação 719.238-7, cuja ementa a seguir transcrevemos:

“Seguro obrigatório – responsabilidade civil – acidente de trânsito – fixação do valor imposto por lei não podendo ser objeto de transação entre as partes – proteção do segurado que é a parte mais fraca no contrato – invalidade da quitação por valor menor que o da indenização por força de tal princípio – determinação da sentença para que a seguradora pague o restante da indenização a despeito de ter obtido a quitação – cobrança procedente – recurso improvido”.

Diante do exposto vê-se que o recorrente recebeu quantia inferior àquela que legalmente lhe era devida. Essa postura constitui evidente afronta aos



93  
ditames normativos e não deve prosperar, mormente o entendimento jurisprudencial a pouco externado, de tal sorte que agora deve receber a diferença à época não paga.

Resta notório o direito que tem o recorrente de receber a importância de **RS20.112,50 (vinte mil, cento e doze reais e cinquenta centavos)** **correspondente à diferença que a demandada** indevidamente deixou de lhe pagar, referente à **debilidade de permanente membro**.

No tocante ao "quantum" devido a título de cobertura do seguro DPVAT, não cabe a SUSEP ou a CNPS fixar percentuais de invalidez, ou grau de debilidade que não são matéria de discussão pelo diploma legal que trata do tema, qual seja, Lei 6.194/74.

Neste sentido, os seguintes julgados:

**SEGURO OBRIGATÓRIO NA HIPÓTESE DE INVALIDEZ PERMANENTE. PROVA TÉCNICA IRREFUTÁVEL. PREVISÃO LEGAL. NÃO ALTERÁVEL POR ESTIPULAÇÃO ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO CABÍVEL. RECURSO IMPROVIDO.** (...) É o relatório. 1. Não prospera a preliminar de incompetência absoluta do juizado fundada na necessidade de produção de perícia. A prova técnica pré-constituída, produzida pelo IML e acostada nos autos é suficiente para informar o convencimento jurisdicional, dispensando a produção de qualquer prova de similar natureza. Ademais, tudo leva a crer que a própria recorrente manejou tal laudo para autorizar o pagamento do seguro. Competente, portanto, o Juizado para conhecer a apreciar a pretensão exordialmente entabulada (grifo nosso). Igual destino deve ser atribuído a primícia de ilegitimidade passiva. É pacífico na doutrina e na jurisprudência pátrias que o seguro DPVAT pode ser cobrado de qualquer seguradora que opere no segmento securitário, ainda que não tenha sido a eleita para realizar o adimplemento pela via administrativa (REsp. nº 602165/RJ e 200.838/GO). Também não merece guarida a preliminar de falta de interesse de agir, porque infundada. O recebimento de parte do montante devido a título de indenização, pelos legítimos beneficiários, não configura renúncia ao direito de reclamar em Juízo o recebimento da parcela sonogada pela seguradora. Admitir a objeção processual lançada pela recorrente, fundada na sua própria torpeza configuraria notória afronta ao princípio constitucional do acesso à justiça, além de discrepar da melhor orientação jurisprudencial em voga. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "o recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a Lei que rege a espécie. III. Recurso Especial conhecido e provido" (STJ - RESP 296675 - SP - 4ª T. - Rel. Min. ALDIR PASSARINHO Junior - DJU 23.09.2002). No mesmo sentido: STJ - REsp. 129.182-SP e 363.604-SP. No mérito, desmerecem guarida os argumentos colacionados pela recorrente. A decisão guerreada encontra respaldo nas provas colacionadas que privilegiaram a versão entabulada pelo recorrido e na legislação securitária em vigor. 2. Desprovida de suporte se afirma o argumento de que a complementação é indevida porque não restou provado o grau da invalidez. Ora, o caso 'sub judice' trata de debilidade permanente, devidamente atestada pelo IML no laudo já referenciado, sendo, portanto, despicienda e inócua a exigência de pronunciamento nos moldes queridos pela recorrente, até mesmo porque



a legislação não estabelece tal exigência. "É irrelevante para a fixação da indenização decorrente do seguro obrigatório - DPVAT, se a invalidez é total ou parcial, visto que a Lei não faz distinção quanto ao grau de incapacidade. Se configurada de modo efetivo, consistente, a invalidez permanente, ainda que parcial, faz jus a vítima ao seguro obrigatório, conforme art. 20 da Lei nº 6.194/74 com as alterações da Lei nº 8.441/92 que não traz distinção quanto à espécie de invalidez" (grifo nosso) (TJMS - AC 2005.016432-3/0000-00 - Campo Grande - 3ª T.Cív. - Rel. Des. Hamilton Carli - J. 05.12.2005).

3. Igualmente infundada é a ponderação de que a fixação do valor da indenização compete ao CNSP. O exame do teor do artigo 12, da Lei nº 6.194/74, conduz à inequívoca conclusão de que, além da atribuição para emitir normas regulamentares e fixar tarifas, não há qualquer previsão que o legitime a estabelecer administrativamente o valor das verbas indenizatórias. Aliás, nesse particular, o legislador originário não delegou atribuições e foi específico ao estabelecer o patamar indenizatório de quarenta salários mínimos, atualmente, em razão da alteração determinada pela Lei nº 11.482/2007, de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), alteração inaplicável ao caso em comento, como pretende o recorrente, tendo em vista a data do sinistro e do pagamento parcial da indenização (esta em março de 2006). As deliberações restritivas expedidas pelo citado Conselho são, conseqüentemente, ilegais e inconstitucionais por notória usurpação da função legislativa (STJ - Recursos Especiais nºs. 12.145-SP, 146.186-RJ, 128.182-SP e 153.209-SP). Mutatis mutandis, a jurisprudência consolidou entendimento nessa diretriz, o qual não sofreu qualquer alteração com o novo regime de taxação estabelecido pela Lei nº 11.482/2007. (...) 2. É a Lei nº 6.194/74, em seu inciso "b", art. 3º, que fixa o valor do prêmio a ser pago em até 40 salários mínimos em caso de invalidez decorrente de acidente automobilístico, e não será um normativo qualquer que terá o condão de substituí-la, eis que vige em nosso sistema legal-constitucional o princípio da hierarquia das normas. 3. A Lei 6.195/74 não utilizou o salário-mínimo como indexador nem como índice de correção monetária para fins de indenização do seguro dpvat, apenas o fixou como parâmetro a ser seguido, mero critério de apuração, não havendo ofensa ao texto constitucional. (grifo nosso) 4. Indenização securitária feita a menor. Diferença que impõe seu pagamento na forma estipulada no decurso, cuja manutenção se impõe por seus próprios e jurídicos fundamentos. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida" (TJDF - ACJ 20060110431553 - 2ª T.R.J.E. - Rel. Des. Alfeu Machado - DJU 17.11.2006 - p. 174). "O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT), nos casos em que restar constatada a invalidez permanente é de até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País, não se confundindo com o índice de reajuste. A Lei nº 6.194/74 não foi revogada por Leis posteriores, não é considerada inconstitucional por violação ao art. 7º, IV da CF/88, porque o salário mínimo é adotado para fixar o valor da indenização e não para indexação ou correção monetária. A Lei não faz ressalva quanto ao grau de incapacidade de invalidez não cabendo ao intérprete distinguir onde a Lei não o fez, não se podendo admitir que o regulamento do CNSP fixe o teto em valor máximo em valor inferior ao previsto em Lei. A vedação estabelecida em Lei refere-se à utilização do salário mínimo como índice de atualização e não como valor quantitativo da indenização" (grifo nosso) (TJMS - AC 2006.012760-3/0000-00).

**SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL E FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. LAUDO DO IML COMO COMPROVAÇÃO. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. COMPLEMENTO. SALÁRIO MÍNIMO COMO PARÂMETRO. PAGAMENTO PARCIAL. OPORTUNIDADE EM QUE SE PLEITEIA PAGAMENTO INTEGRAL. CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS - CNSP. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**



95  
C 98  
L

**DEVIDOS. RECURSO IMPROVIDO.** "... Afastadas as preliminares suscitadas, passa ao exame do mérito. Aduz o recorrente não ter ocorrido incapacidade para o trabalho ou enfermidade incurável a acometer o recorrido, não merecendo prosperar o pedido de pagamento do valor integral do DPVAT. Contudo, verifico que tanto o relatório médico de fl. 19, quanto o laudo de exame de corpo de delito emitido pelo IML informam que a lesão resultou em debilidade permanente de membro, conforme conclusão dos peritos oficiais: Lesões contusas com debilidade permanente de membro inferior esquerdo, grau máximo. Assim, a indenização devida é no importe de 40 vezes o maior salário mínimo vigente, conforme estipulado na alínea "b" do artigo 3º da Lei 6194/74, já que o laudo pericial do IML comprovou a invalidez permanente da vítima de acidente. Ademais, a lei apenas exige que a invalidez seja permanente, nada havendo que se falar sobre o grau de invalidez apurado. Quanto ao valor indenizável referente ao seguro obrigatório e diante da plena vigência do art. 3º da Lei 6.194/74, não é cabível que mero ato administrativo do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP vá de encontro ao dispositivo legal. Dessa forma, aplicável ao caso a Lei nº 6.194/74, diante do princípio de hierarquia das normas..." (grifo nosso) (2007.01.1.021406-0. ACJ - Apelação Cível no Juizado Especial. Relator ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO. 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF).

70

**"SEGURO DPVAT. FENASEG. COMPANHIA SEGURADORA. LEGITIMIDADE PASSIVA. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR ESTABELECIDO EM LEI E VINCULADO AO SALÁRIO MÍNIMO. INCONSTITUCIONALIDADE INEXISTENTE. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS. RESOLUÇÃO CONTRÁRIA À LEI. ILEGALIDADE. RECURSO IMPROVIDO.**

Cabe ao segurado acionar qualquer seguradora conveniada para o recebimento da indenização do seguro obrigatório decorrente de acidente de trânsito. A FENASEG, como mandatária das companhias seguradoras, responde solidariamente pelo pagamento da indenização, uma vez que é responsável pela fiscalização e pagamento das indenizações aos beneficiários. A complexidade apta a afastar a competência dos Juizados Especiais diz respeito à necessidade de produção de provas. Assim, uma vez que haja prova pré-constituída, não procede a alegação de complexidade. O valor da indenização por invalidez permanente é fixado pela Lei 6.194/74 em 40 salários mínimos. Assim, não cabe ao Conselho Nacional de Seguros Privados, como órgão fiscalizador e regulamentador das companhias seguradoras, limitá-lo por meio de resolução. A fixação da indenização em salários mínimos não ofende a Constituição, à medida em que este não é usado como fator de correção monetária. (grifo nosso) (20070110353535ACJ, Relator CARLOS PIRES SOARES NETO, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 18/03/2008, DJ 28/04/2008 p. 210)".

posto

## II - DO PEDIDO

PELO EXPOSTO, requer o recorrente se dignem Vossas Excelências a dar integral provimento ao presente Recurso Inominado interposto, determinando a reforma total da r. sentença atacada, a qual julgou extinto o processo

9



sem resolução de mérito da AÇÃO DE COBRANÇA proposta em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Requer o provimento do Recurso Inominado interposto, condenando a recorrida ao pagamento da importância de RS 20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos), com a devida correção monetária e acrescida de juros legais.

Caso reste mantida a decisão do Juízo de 1º Grau, o recorrente reitera o pedido de gratuidade da justiça que a isenta do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Recife, 16 de janeiro de 2012.

Ayanne Freitas de Paiva  
Ayanne Freitas de Paiva  
OAB/PE 27.695





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
PRIMEIRO COLEGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

5ª Turma  
Sessão  
14.06.2013

RECURSO INOMINADO Nº : 0000560-49.2011.8.17.8103  
Origem .....: 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL  
Processo Nº .....: 0000560-49.2011.8.17.8103  
Recorrente.....: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO  
Advogado.....: AYANNE FREITAS DE PAIVA  
Recorrida.....: SEGURADORA LIDER DOS CONS. DO SEGURO DPVAT S/A  
Advogado.....: JOAO ALVES BARBOSA FILHO  
Relator.....: JUIZ JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA

EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008 e LEI nº 11.945/2009 NÃO APLICÁVEIS. LEI Nº 6.194/74. VALOR DA INDENIZAÇÃO. LEI Nº 11.482/2007. RECURSO PROVIDO

Recorre o segurado da sentença que, acolhendo a preliminar de incompetência do juizado extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

As razões recursais estão no sentido de que as lesões permanentes foram avalidadas e consideradas pela recorrida para realizar o pagamento parcial. No mais, repete os termos da queixa, buscando a procedência do pedido de indenização no valor de R\$ 20.112,50 (vinte mil cento e doze reais e cinquenta centavos).

As constrarrazões pugnam pela manutenção do entendimento esboçado na sentença, ressaltando a necessidade de perícia que identifique se a invalidez permanente é total ou parcial e a quantifique na conformidade da Lei nº 11.945/2009.

Tempestivo o recurso, dele conheço também por ser o recorrente beneficiário da assistência judiciária gratuita.

O sinistro ocorreu em 04/04/2007.

A invalidez permanente é incontroversa na espécie, a tanto que a recorrida efetuou pagamento no valor de R\$ 1.687,50. Vale dizer: a invalidez permanente constatada pela segurdora recorrente lastreou o pagamento da indenização securitária. A controvérsia reside na gradação da invalidez.

Antes do advento da Medida Provisória nº 451, de 16 de dezembro de 2008, que define as lesões como total e parcial e institui tabela para o cálculo das indenizações do Seguro DPVAT, não há que se exigir tal gradação. Somente após o tratamento legislativo encetado com a mencionada medida provisória, convertida na Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, é que tal exigência passou a existir. Ora, se o sinistro ocorreu em 04 de abril de 2007, o direito a indenização rege-se pela legislação até então existente, não se aplicando lei posterior sob pena de violação do princípio da irretroatividade. Com estes fundamentos, afasto a arguição de incompetência do Juizado Especial Cível.

O valor pago é inferior ao da indenização. Logo, o segurado faz jus à complementação da





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
PRIMEIRO COLEGIO RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

indenização até o limite estabelecido na Lei nº 11.482/2007. A par disso, no caso concreto dos autos, a indenização por invalidez é regida pela anterior redação do art. 3º indicado e deve corresponder a R\$ 13.500,00.

Voto pois, no sentido de dar parcial provimento ao recurso para reformar a sentença e condenar a seguradora recorrida ao pagamento da cobertura securitária no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que importa o complemento de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocento e doze reais e cinquenta centavos).

ACÓRDÃO:

Realizado o julgamento do recurso inominado, no qual são partes como recorrente: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO e como recorrida: SEGURADORA LIDER DOS CONS. DO SEGURO DPVAT S/A, em 14 de junho de 2013, pela 5ª Turma do I Cólégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco, composta pelos Juízes de Direito Dr. JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA, ROBERTO CARNEIRO PEDROSA e DAMIÃO SEVERIANO DE SOUZA, sob a presidência do primeiro. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acórdam os Juízes componentes da 5ª Turma, na conformidade da ata, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso nos termos do voto do relator.

Recife, Sala das Sessões, 14 de junho de 2013.

JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA  
Juiz Presidente

ROBERTO CARNEIRO PEDROSA  
Juiz Membro

DAMIÃO SEVERIANO DE SOUZA  
Juiz Membro



PROTOCOLO

711588 - C1 / 2011-04204 / INV

**JOÃO BARBOSA Advogados Associados**

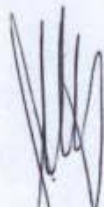
João Barbosa	Cristina de Oliveira Ferreira	Noêmia Fraga Teixeira	Darlan Alves Moulin
João Paulo Martins	Evelyn I. Castillo Arevalo	Juliana Justo de Oliveira	Giovanna de Andrade Ribeiro
Joselaine Maura Figueiredo	Gabrielle Guimarães de Souza	Taisa Nery Silva	Isabel Alves da Rocha
Nicole Vianna Riente	Roberta Cunha Marinho	Rafaela F. Villas Boas Chagas	Isabel Teixeira das Chagas
Fernando de Freitas	Ananda Dias Mendes	Klarissa M. C. Campos Ferrelra	Lidiane da Silva Erves
Barbosa	Alessandra Modolo	Deolindo Barreto Lima Neto	Cristiane M. Saunier Flosi
Flávia Nonato Roberto	Amanda de Oliveira M. José	Michelle Galvão da Silva de Souza	Paloma Baptista de Oliveira
Osmar da Silva Aquino			
Adriana França da Costa			

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA  
COMARCA DE RECIFE / PE

Processo n. 560.49.2011.817.8103

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A,  
empresa seguradora previamente qualificada nos autos do  
processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus  
advogados que esta subscreve, no autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE  
SEGURO DPVAT, que lhe promove **CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO**,  
vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a  
juntada da anexa guia judicial, no valor de R\$ 12.993,75 (doze  
mil novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco  
reais), referente ao pagamento da condenação.

Assim, tendo em vista a satisfação integral da obrigação,  
requer o arquivamento dos autos.



João Barbosa  
OAB/RJ 134.307

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.  
Recife, 26 de agosto de 2013.

Henrique A F Motta  
OAB/RJ 113.815

Fabio João Soito  
OAB/RJ 114.089

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR  
OAB/PE 30225

2013/08/27 14:00:00 CEF - 07-Ago-2013-2:00-06234-27



26/08/2013 - BANCO DO BRASIL - 11:59:28  
481212360 0209

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

=====

BANCO DO BRASIL S.A.

001000000000161078800042729185183500000001299375

NOSSO NUMERO 16107880042729185

CONVENIO 01610788

SISTEMA DJD - DEPOSITO JUDICIAL

AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159

DATA DO PAGAMENTO 26/08/2013

VALOR DO DOCUMENTO 12.993,75

VALOR COBRADO 12.993,75

DADOS CHEQUE: 001 001 1789 2606,410,002 740.641

=====

NR.AUTENTICACAO 0,8CE,95E,517,8A0,6E7

LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,

ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA**  
**Autor: CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALH**  
**Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO**  
**RECIFE - 3 JUIZADO ESP. CIVEL**  
**Processo: 005604920118178103 - ID 081140000001854487**  
**Gula c/ núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao**  
**pgto em [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)>Governo>Judiciario>Gula Dep.Judicial**  
**Texto de Responsabilidade do Depositante: (21) 3265-5600**  
**SUPERVISAO - FERNANDO BARBOSA**

**CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A**

**RECIBO DE SACADO**

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
<b>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO</b>	<b>Contra Apresentação</b>	<b>12.993,75</b>
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
<b>2234 / 99747159-X</b>	<b>16107880042729185</b>	



2011-04204

¥11588

Condenação

Walter Araújo



» Nova Consulta » Imprimir » Home

DADOS DO PROCESSO		PARTES	
Número	<b>0000560-49.2011.8.17.8103</b>	Parte	Nome
Feitos	- OUTROS	DEMANDANTE	CLAUDIVANIO PEREIRA DE CARVALHO
Fase	ENCERRAMENTO	DEMANDADO	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT
Turma	IM - MANHÃ		

MOVIMENTAÇÕES		
Data	Descrição do Ato	Complemento
12/08/2014 07:51:09	ARQUIVAMENTO - <a href="#">Ver Texto</a>	
12/08/2014 07:51:00	DESPACHO - <a href="#">Ver Texto</a>	ARQUIVE-SE
12/08/2014 07:49:31	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	
06/09/2013 12:31:13	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO
06/09/2013 12:30:39	JUNTADA	PETIÇÃO
29/07/2013 11:54:43	JUNTADA	AR
17/07/2013 09:47:59	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA
15/07/2013 12:58:00	DEVOLUÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	COLÉGIO RECURSAL
15/07/2013 12:57:55	ACÓRDÃO	RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE
15/07/2013 12:57:14	REMESSA - <a href="#">Ver Texto</a>	COLÉGIO RECURSAL
03/04/2013 11:34:35	DESPACHO - <a href="#">Ver Texto</a>	REMETA-SE AO COLÉGIO RECURSAL
03/04/2013 11:34:29	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	REMESSA AO COLÉGIO RECURSAL
03/04/2013 11:32:42	CERTIDÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	CONTRA-RAZÕES
28/02/2012 12:00:21	JUNTADA	CONTRA-RAZÕES
31/01/2012 10:53:04	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	CIÊNCIA DE RECURSO
31/01/2012 10:52:39	DESPACHO - <a href="#">Ver Texto</a>	INTIME-SE PARA CONTRA-RAZÕES
31/01/2012 10:52:11	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	RECURSO
31/01/2012 10:50:48	CERTIDÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	RECURSO
19/01/2012 09:20:02	JUNTADA - <a href="#">Ver Texto</a>	RECURSO
15/12/2011 11:37:22	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	SENTENÇA
15/12/2011 11:37:21	INTIMAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	SENTENÇA
15/12/2011	CERTIDÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	



11:33:50		
12/12/2011 09:44:21	DEVOLUÇÃO	MUTIRÃO CJE
12/12/2011 09:44:16	REDISTRIBUIÇÃO	INSTRUÇÃO
12/12/2011 09:42:50	SENTENÇA - <a href="#">Ver Texto</a>	EXTINÇÃO POR INADMISSIBILIDADE PROCED. (ART.51,II)
12/12/2011 09:41:18	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO JUIZ LEIGO
12/12/2011 09:41:08	DECISÃO JUIZ LEIGO - <a href="#">Ver Texto</a>	EXTINÇÃO POR INADMISSIBILIDADE PROCED. (ART.51,II)
12/12/2011 09:31:21	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	DECISÃO DE JUIZ LEIGO
12/12/2011 09:31:14	REDISTRIBUIÇÃO	INSTRUÇÃO
09/11/2011 16:46:17	REMESSA	MUTIRÃO CJE
09/11/2011 16:46:07	DEVOLUÇÃO DE CONCLUSÃO	
23/09/2011 10:41:03	CONCLUSÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	SENTENÇA
23/09/2011 10:41:02	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA - <a href="#">Ver Texto</a>	INSTRUÇÃO
23/09/2011 09:43:23	AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA	INSTRUÇÃO
23/09/2011 09:43:22	ENCAMINHAMENTO	INSTRUÇÃO
23/09/2011 09:43:21	REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA - <a href="#">Ver Texto</a>	CONCILIAÇÃO
16/03/2011 08:00:14	CITAÇÃO - <a href="#">Ver Texto</a>	
16/03/2011 08:00:13	TERMO - <a href="#">Ver Texto</a>	QUEIXA
16/03/2011 08:00:11	AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA	CONCILIAÇÃO
16/03/2011 08:00:10	DISTRIBUIÇÃO	
16/03/2011 08:00:09	AUTUAÇÃO E REGISTRO	

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.

